

O Debate Eleitoral e a Responsabilidade dos Economistas

GABRIEL BRASIL (*)

Campanhas eleitorais, como sabemos, são períodos oportunos para o engajamento da sociedade na discussão dos problemas do país. No Brasil, a cada dois anos temos a oportunidade de, em consonância com o espírito da democracia, expressar nossos anseios e nossas preferências com relação aos projetos apresentados por diferentes partidos políticos. Mais do que isso – e num sentido complementar – são momentos em que também há a oportunidade de a sociedade pautar seus representantes políticos e forçar adaptações nas suas plataformas rumo a projetos mais aderentes às suas demandas.

No ano que vem, o país viverá mais um momento de potencial inflexão na sua trajetória democrática, em particular dado o fato de que entrará nessa campanha eleitoral na esteira de múltiplas crises. Nesse contexto, e considerando especialmente a delicada situação social em que o Brasil se encontra atualmente – que faz com que a economia se torne, mais uma vez, um tema central no debate político – é preciso discutir o papel dos economistas, especialmente em tempos de elevada polarização política. Esta tem sido traduzida, nos últimos anos, na politização de temas que não

deveriam, em tese, ser objeto de politização, o que tem empobrecido de forma significativa o debate público. Isso, somado à elevada ansiedade que marca o ambiente social do Brasil, reforça a importância de termos atores da sociedade civil ativamente engajados na melhoria da discussão dos rumos do país. No caso do debate econômico, especificamente, não se trata de tarefa trivial, como se segue.

No último ano, divulgadores científicos da área da saúde exerceram um papel social primordial no contexto da pandemia da Covid-19 – sobretudo no âmbito da democratização de um conhecimento que ainda estava (e está) sendo produzido. Estes profissionais foram e têm sido essenciais para, em paralelo aos (ou, em alguns casos, em conjunto com) governos, promover a educação da população acerca dos riscos e dos prognósticos associados à nova doença. Em tempos de crescente desconfiança e ceticismo por parte da sociedade frente aos políticos tradicionais, ter representantes da sociedade civil atuando pela mediação da comunicação fez a diferença, positivamente, em muitos sentidos.

No caso da economia, no entanto, apesar da sua importância perene no debate público historicamente (e acentuada em épocas de crise), seu debate tem sido sistematicamente mais conturbado, pelo menos no Brasil – sendo ocasionalmente marcado por ruídos e nem sempre conectado tão diretamente com as demandas da sociedade. No nível nacional, há uma série de preconceitos, rotulagens e ineficiências que prejudicam a absorção do que produzem os cientistas econômicos pelos formuladores de política. Mais especificamente, a radicalização das rotulagens – como a de ‘inflacionista’ para agendas mais expansionistas e de ‘neoliberal’ para plataformas mais ortodoxas – cria obstruções e empurra o debate para indesejáveis ‘soluções de canto’.

É importante dizer, nesse ensejo, que o país tem alguns problemas estruturais significativos, mas a falta de bons e boas economistas para liderarem o debate econômico nacional não é um deles – inclusive em se considerando novas gerações. Há centros de pesquisa de renome no setor público, notadamente as universidades federais e estaduais, e profissionais engajados nessa agenda e com excelentes

competências também no setor privado. O problema, portanto, não deve ter a ver necessariamente com os atores envolvidos, mas com a forma como eles têm participado do debate – e, em consequência, a forma como a sociedade tem recebido suas contribuições.

Como no caso dos cientistas da saúde, que têm nos guiado em meio às incertezas da pandemia, há um escopo extenso de ansiedades sociais que precisam ser mediadas pelos economistas. O desafio notadamente grandioso do endereçamento de temas complexos como inflação e emprego, que impactam de forma direta a sobrevivência da população, se soma ao fato de que a economia é uma ciência ainda menos exata e previsível do que a medicina. Trata-se, portanto, de um escopo delicado, que combina um alto valor social com uma demanda notória por assertividade.

De modo mais específico, os/as economistas têm o nobre e importante papel de apresentar diagnósticos, interpretar os *trade-offs* que frequentemente fazem parte de fenômenos econômicos e ajudar a construir soluções e políticas que favoreçam a maioria – sem deixar de representar e endereçar também os males que afligem as minorias. É um escopo que, por sua natureza, exige interação direta e permanente com outros campos do conhecimento e, sobretudo, uma construção em conjunto com a sociedade. Nesse sentido, justifica-se

discutir maneiras como economistas podem aprimorar suas abordagens e otimizar suas contribuições.

Uma primeira sugestão tem a ver com a forma. Economistas são reconhecidos por sua linguagem muitas vezes inacessível, que afasta interlocutores menos familiarizados com certos conceitos. Há, portanto, uma demanda notória por uma adaptação que favoreça a manutenção, dentro do possível, da precisão, mas sem perda de clareza. Trata-se de balanço difícil, mas possível. Vale lembrar que atualmente há ferramentas oportunas para suporte nesse desafio, como as próprias plataformas das redes sociais, que têm fomentado o desenvolvimento de novas linguagens e maneiras de distribuição de conteúdo.

Em segundo lugar, é preciso que economistas não percam de vista as origens da ciência econômica – calcadas na *economia política* – com base numa noção clara de que medidas econômicas (ou mesmo a falta delas) tendem a ser sempre, no limite, redistributivas. Essa lente é fundamental para nos lembrar que, em geral, por mais notoriamente benéficas que pareçam para o todo, políticas quase sempre têm custos para certos setores, e cabe à sociedade ter clareza de todos eles para poder fazer escolhas justas e em acordo com suas preferências. É importante também evitar a embalagem de ideias que trazem impactos políticos com

o rótulo de ‘medidas estritamente técnicas’. Embora seja fundamental a promoção de debates mais pautados por evidências e boa literatura possível, no caso da economia não é possível caracterizar propostas econômicas como sendo imunes ao contexto político no qual seus atores estão inseridos. Nesse sentido, é importante também que a sociedade tenha uma noção clara de que, ao eleger um candidato ou uma candidata, está elegendo também sua equipe, mas esta estará fatalmente sujeita às agendas e aos incentivos do político eleito. Não se vota em ministro da fazenda ou da saúde, no fim do dia, mas sim naquele ou naquela que terá a última palavra nas iniciativas destes. Analogamente, economistas envolvidos em plataformas eleitorais precisam ter responsabilidade para reconhecer o impacto daquilo que endossam, dado que não têm procuração, por parte dos seus pares, para representar a ciência econômica na sua integridade (ou mesmo escolas de pensamento específicas).

Terceiro, é importante que a economia não seja tratada como uma ilha desconectada dos demais campos do conhecimento. Embora se trate de uma ciência inclusiva, no sentido da sua natural multidisciplinaridade, é importante que economistas dialoguem de forma construtiva com seus pares de outras áreas, cientes de que soluções ideais do ponto de vista econômico nem sempre serão viáveis tendo em vista outras restrições (por

exemplo, políticas e sociais). O caso da pandemia foi emblemático nesse sentido. Enquanto a maioria dos economistas defendeu a implementação de *lockdowns* estritos para a contenção do vírus da Covid-19, fenômenos políticos variados impediram que essa agenda fosse implementada da forma desejada, e houve dificuldades significativas para o enfrentamento disso. O mesmo é válido para reformas que, embora necessárias, muitas vezes são impopulares.

Finalmente, é fundamental que economistas – na verdade, que todos os atores envolvidos num debate político – mantenham uma interação construtiva e respeitosa com a imprensa. Afinal, apesar de mecanismos de comunicação direta terem se desenvolvido em ritmo acelerado nos últimos anos, o jornalismo segue sendo absolutamente fundamental na tarefa de apuração, curadoria e mediação do conhecimento junto à sociedade – especialmente na medida em que as chamadas *Fake News* seguem dominando parte de narrativas políticas em países como o Brasil.

Como estudiosos da sociedade, economistas são privilegiados visto que têm acesso a ferramentas que podem transformar a realidade das pessoas. Junto com esse privilégio, há o dever cívico correspondente de garantir que a discussão dessas transformações ocorra da forma mais saudável e agregadora possível. Não é um desafio fácil, mas também não o são os desafios com os quais economistas estão acostumados.

() Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em economia política internacional pela Universidade de São Paulo.
(E-mail: gabrielchbrasil@gmail.com).*